



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0006994-39.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2208/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1031/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 228/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **EMERSON HERCULANO DE HOLANDA**

Réu Preso

Aos 01 de setembro de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **EMERSON HERCULANO DE HOLANDA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Jonas Zoli Segura. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Lúcio Benedito de Moraes, as testemunhas de acusação Cristiano Santana da Silva e Fabiano Pavam, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 157, “caput” e 163, § único, III do CP uma vez que no dia mencionado na denúncia, mediante grave ameaça e violência, subtraiu para si o celular e R\$20,00 pertencentes à vítima Lucio B.Moraes, bem como porque danificou porta da carceragem e algema. Em relação ao roubo, a ação penal é procedente. Em que pese a negativa do acusado tem-se que ele foi preso usando roupa e capacete, como características iguais às descritas pela vítima. O celular também encontrado com ele, foi reconhecido pela vítima como dela. Por fim, em juízo, estando acompanhado de outros presos, foi reconhecido prontamente pela vítima e sem qualquer dúvida como autor do roubo; a vítima ainda disse que na delegacia de polícia reconheceu a foto do réu, apreendida com ele na ocasião como sendo a mesma pessoa que praticou o roubo. Assim, a prova não deixa margem de dúvida quanto à autoria. No tocante ao crime de dano, entendo que o mesmo não ficou suficientemente demonstrado. Apesar de existir laudo atestando um dano na porta da carceragem, um dos policiais ouvidos chegou a afirmar categoricamente que apesar do réu ter desferido chute contra a porta, a mesma não sofreu danos. O outro policial militar não soube dizer se houve dano na porta. Quanto ao dano na algema, parece que o intuito do réu foi apenas se soltar e fugir, tudo ocorrendo no esforço por ocasião de sua prisão, não havendo o dolo correspondente à vontade de danificar o bem público. Isto posto, requero a condenação do réu como incurso no artigo 157, “caput”, do CP. Pelas razões já expostas requero a sua absolvição em relação ao delito de dano. O réu tem várias condenações, sendo reincidente específico por roubo (fls. 162). Assim, na primeira fase da dosimetria a pena-base deve ficar acima do mínimo, devendo ser procedido aumento da segunda fase em face da reincidência. Em razão dos antecedentes e da natureza grave do delito, o regime inicial deve ser o fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela suposta prática nos crimes previstos no artigo 157 e 163, § único, do CP. Inicialmente, no tocante ao crime de dano, comungo no mesmo entendimento do nobre Promotor de Justiça, sendo caso de absolvição do acusado ante à ausência de dolo. Já no que tange ao crime de roubo, a absolvição também é a medida mais adequada. O acusado, ouvido em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

juízo, negou os fatos narrados na denúncia alegando que foi agredido e falsamente acusado do crime em questão. Tais agressões podem ser evidenciadas no laudo de fls. 187, dando crédito à versão apresentada pelo acusado. No mais, em que pese o reconhecimento efetuado pela vítima em juízo, que obedeceu ao disposto no artigo 226 do CPP, entende a Defesa que tal reconhecimento por si só é insuficiente para dar amparo à pretensão acusatória. Como se verifica dos autos há a possibilidade de que o procedimento investigativo adotado pela polícia tenha comprometido a isenção da vítima e a sua compreensão dos fatos. Em primeiro lugar a vítima teve contato com o acusado no próprio local de sua prisão, sendo informada que aquele teria sido o praticante do assalto. Ademais, em nenhum momento foi procedido o reconhecimento pessoal pela vítima na delegacia de polícia, fato que compromete a própria idoneidade do documento juntado a fls. 16, maculando inclusive os elementos informativos que conferiram justa causa à ação penal. De qualquer forma não há prova segura da autoria delitiva, sendo caso de absolvição do acusado também pelo crime de roubo. Por fim, em caso de condenação requer a Defesa fixação da pena no mínimo legal, com regime inicial diverso do fechado, não sendo motivo suficiente para fixação de regime mais grave a mera gravidade em abstrato. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. EMERSON HERCULANO DE HOLANDA**, RG 24.452.175, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, caput, e art. 163, § único, inciso III, ambos do Código Penal, c.c. o art. 69, deste mesmo Codex, porque no dia 10 de julho de 2016, por volta das 14h30, na Rua Adolfo Catani, nº820, Jardim Macarengo, nesta cidade, subtraiu, para si, mediante grave ameaça e violência física, consistente em um tapa desferido contra Lucio Benedito de Moraes, um aparelho de telefone celular da marca Nokia, avaliado em R\$ 350,00 e R\$ 20,00, em espécie, conforme autos de exibição, apreensão, entrega e avaliação, tudo em detrimento da reportada vítima. Consta ainda que, no mesmo dia, logo após ser conduzido ao plantão policial levado a cabo na delegacia seccional desta cidade e comarca, o acusado deteriorou a porta de acesso à carceragem local ao desferir-lhe chutes, bem como deteriorou o par de algemas utilizado para contê-lo, ao se debater contra as paredes do ambiente, bens esses de propriedade do Estado de São Paulo. Consoante apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ao avistar a vítima no interior do seu carro esperando pelo portão de sua residência se fechar, bateu no vidro do automotor e, simulando estar armado, tratou de anunciar o assalto. Ato contínuo, sob ameaças de morte, o réu ordenou que Lucio Benedito de Moraes lhe entregasse seus pertences, tendo ele desferido um tapa contra o rosto da vítima. Atendendo aos desígnios do agente, a vítima entregou-lhe o seu aparelho de telefone celular, bem como a quantia de R\$ 20,00. Na posse dos bens, o denunciado se evadiu rumo a Rodoviária Municipal. Policiais militares foram acionados pela vítima, e, uma vez cientes das características e dos trajas do acusado, rumaram para a rodoviária, oportunidade em que lograram encontrá-lo e detê-lo. Após a detenção a vítima foi chamada a comparecer ao local em comento, e, uma vez lá, o reconheceu sem sombra de dúvidas, pois trajava as mesmas vestimentas de quando da subtração, a saber, moletom azul, bem como trazia consigo um capacete também utilizado na empreitada criminosa. Por fim, uma vez conduzido ao plantão policial levado a cabo na delegacia seccional desta cidade e comarca, o réu, descontrolado e inconformado com sua prisão em flagrante, passou a se insurgir contra a porta de acesso à carceragem local, ao que desferiu-lhe chutes, dando causa à sua deterioração. Ainda descontrolado, o denunciado se jogou contra as paredes do ambiente policial, buscando se autolesionar, dando causa à danificação das algemas utilizadas para contê-lo. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (página 48). Recebida a denúncia (página 118), o réu foi citado (páginas 151/152) e respondeu a acusação através do Defensor Público (páginas 172/173). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação do réu apenas quanto ao crime de roubo, querendo a absolvição no que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

respeita ao delito de dano não havendo o dolo correspondente à vontade de danificar o bem público. A Defesa requereu a absolvição do réu quanto ao delito de dano pela ausência de dolo, requerendo também a absolvição quanto ao roubo, por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** Está comprovado que houve o roubo. A vítima contou que quando saía com o veículo da garagem de sua casa foi abordada por um indivíduo que fazendo ameaças e dizendo estar armado tomou-lhe o celular e dinheiro que tinha no bolso, determinando depois que saísse com o veículo. A vítima forneceu as características do indivíduo para a polícia, especialmente que ele usava uma blusa azul e tinha nas mãos um capacete de motociclista. Logo os policiais encontraram o réu que usava uma camisa na cor mencionada e que tinha nas mãos um capacete. Com o réu encontraram telefone celular e dinheiro. O aparelho foi reconhecido pela vítima como sendo o que tinha sido roubado, como também dinheiro. Embora o delegado deixou de fazer o reconhecimento pessoal da forma recomendada, o certo é que foi mostrada para a vítima a carteira de identidade do réu com a respectiva foto, tendo a mesma o reconhecido. Nesta audiência este magistrado teve o cuidado de fazer o reconhecimento pessoal do réu pela vítima, deixando o mesmo em companhia de mais dois outros presos com características semelhantes. A vítima foi firme e categórica em apontar o réu como sendo o ladrão. Mas nos autos não existe apenas o reconhecimento da vítima. Com o réu foi apreendido o celular roubado da vítima. Esta apreensão é prova insofismável de que foi o réu o autor do roubo. Não é aceitável a negativa que o réu apresentou. Tampouco a versão apresentada, de que fora brutalmente agredido pelos policiais e de que um deles teria apanhado com a vítima o celular dela para depois incriminá-lo. O réu era desconhecido tanto da vítima como dos policiais. Nenhum motivo tinha a vítima para incriminar falsamente o réu. Ninguém, em sã consciência, tem coragem de uma afirmação de reconhecimento sem a indispensável certeza. Também não tem muita lógica as afirmações do réu de que fora brutalmente agredido pelos policiais, inclusive com perda de dentes. Mesmo tendo negado, o réu foi submetido a exame de corpo de delito e as lesões descritas no laudo pericial de fls. 187 são leves e longe de revelar a brutalidade pela qual o réu disse ter sofrido. O que sobressai na prova é que o réu ficou revoltado com a prisão e passou a se portar de forma inconveniente, chutando a porta da cela e danificando as algemas, como mostra o laudo pericial de fls. 195/201. O réu estava tão alterado que a autoridade policial chegou a convocar agentes do SAMU para atendê-lo. Tenho, pois, como comprovado nos autos que houve o roubo e que o réu foi o seu autor, impondo-se a sua condenação por este crime. No que respeita ao crime de dano, com razão o Dr. Promotor de Justiça quando opinou pela absolvição. De fato, em relação a este delito as provas produzidas são insuficientes. Embora demonstrado que o réu tenha aplicado chutes na porta, não é possível saber exatamente se os danos nela encontrados foram resultado deste comportamento do réu, inclusive diante da fala de um dos policiais de que a porta não ficou danificada. Também é possível que o dano da porta já pré-existia, porque é muito comum esta parte da cela sofrer ação das pessoas que nela são recolhidas. Sobra o dano na algema, mas aqui não chega a caracterizar o delito porquanto a intenção do réu, inclusive pelo comportamento revoltante do mesmo, não foi justamente a de danificar este bem público, mas de mostrar o seu inconformismo. Além disso, não se tem a avaliação deste objeto, que também não tem valor considerável, tratando-se até mesmo de bem de valor insignificante. **Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA para, de início, ABSOLVER o réu do crime do artigo 163, § único, inciso III, do Código Penal, aqui com fundamento no artigo 386, VII, do CPP.** Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu é portador de péssimos antecedentes, inclusive com condenações por roubos, demonstrando que o longo tempo em que permaneceu preso não lhe serviu de norteamiento de conduta, revelando com isto personalidade voltada à prática de crimes graves, exigindo o agravamento da pena-base para servir de prevenção e reprovação da conduta delituosa cometida, se é que isto seja possível. Assim, fica a sua pena-base estabelecida em cinco anos de reclusão e doze dias-multa, no valor mínimo. Na segunda



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

fase, presente a agravante da reincidência (fls. 162), que não foi considerada na primeira fase, já que para aqueles argumentos foram observadas as outras condenações que ele sofreu, e observando que não existe atenuante em seu favor, imponho o acréscimo de um sexto, tornando definitiva a pena resultante. **CONDENO**, pois, **EMERSON HERCULANO DE HOLANDA** à pena de **cinco (5) anos e dez (10) meses de reclusão e ao pagamento de quatorze (14) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o artigo **157, “caput”, do Código Penal**. Por ser reincidente (fls. 192/193) iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**. Agora que o réu está condenado e considerando ainda a sua reiterada reincidência, bem como que em liberdade poderá voltar a delinquir, além do que poderá desaparecer e frustrar a execução da pena, não poderá recorrer em liberdade. Recomende-se o acusado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEF.:

RÉU: